

Uma Pátria ainda por fazer

A grande e triste surpresa de nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou. Chegamos quase à maturidade na certeza de que já tínhamos vencido certas etapas. A educação, a cultura ou mesmo um princípio de experiência, nos tinham revelado a pátria como uma terra em que a civilização já resolvera de vez certos problemas essenciais. E a desilusão, a tragédia da nossa alma foi sentir quanto de falso havia nessas suposições. O tempo nos preparava uma volta implacável à realidade. E essa realidade era muito outra, muito outra, do que aquela a que o nosso pensamento nos preparara e que a imaginação delinearara. Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer...¹

¹ Vicente Licínio Cardoso. **À margem da História da República** (Idéias, Crenças e Afirmações). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, Tomo II, 2v (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 8), p. 109-110.

O trecho escrito por Vicente Licínio Cardoso é representativo acerca do balanço pessimista da República instituída feito através de sua obra *À margem da História da República*. A obra é uma coletânea de ensaios escritos entre a segunda metade da década de 1910 e o início da década de 1920, cuja edição original é de 1924, organizada por Vicente Licínio Cardoso e contando, entre outros, com ensaios de A. Carneiro Leão, Jonathas Serrano, Oliveira Vianna, Tristão de Athayde, além do ensaio de autoria do organizador. Os estudos ali presentes revelam um momento histórico caracterizado por perplexidades, dúvidas e transformações. O país se encontrava em uma encruzilhada, com vários caminhos abertos; daí a importância da coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso que representava uma reflexão crítica que, ao fornecer elementos para a compreensão da sociedade brasileira e dos dilemas do regime republicano, poderia levar o país a trilhar melhores caminhos.

Aos homens das gerações nascidas na República caberá, provavelmente, uma nova obra de construção, difícil, mas fecunda. Tudo indica que deverão ser fixados, no tempo e no espaço, o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira.²

Visando contribuir naquela difícil, porém fecunda, “obra de construção” *À Margem da História da República* era definida em seu prefácio como um simples inquérito que era, antes de tudo, uma imensa pergunta. O trecho com o qual iniciamos este capítulo, deixa transparecer o descontentamento com nossa realidade política e social, com a não resolução de “certos problemas essenciais”, enfim, com uma pátria que precisava ainda ser construída.

Havia-se proclamado a República quase de forma concomitante com o fim da escravidão, colocando em jogo diversos fenômenos sociais e econômicos. Ao “abrir os olhos”, o que a “geração nascida com a República” tinha diante de si era a necessidade urgente de se criar a Nação brasileira. Ainda de acordo com as palavras de Vicente Cardoso:

O Brasil é o símbolo concreto de todas as nossas riquezas em potencial para o futuro. Ele é, porém, também o símbolo vivo de todas as nossas dificuldades, gravíssimas e tenebrosas, do presente. [...]

² **Ibid**, Tomo I, Nota do Editor.

É tempo em suma de fitarmos a verdadeira realidade de nosso quadro social [...]

Analisemos com probidade o presente; melhor compreenderemos então o passado para que possamos com segurança projetar para o futuro.³

O autor apontava em sua análise sobre o país que faltava-nos uma “consciência brasileira”, o momento, porém, era especial; era momento de se pensar o Brasil, cabendo àquela geração a responsabilidade de analisar o presente, identificando nossas dificuldades, e projetar o futuro. Entretanto, para isto não bastava “determinar uma causa [...] é preciso indicar muitas, para compreender a verdadeira”.⁴

Os ensaios de Carneiro Leão e Oliveira Vianna também são representativos acerca dos diagnósticos feitos sobre a realidade brasileira. Carneiro Leão destacava em seu ensaio que toda nação deve buscar em suas próprias forças as energias capazes de fazê-la progredir, sendo para isto necessário estudar e conhecer tais energias. Para o autor, era a educação o nosso problema básico, nossa maior necessidade – sobretudo a educação popular, apontada como necessidade vital. As questões educacionais eram por ele entendidas não como simplesmente pedagógicas, mas sim como questões nacionais, no sentido de formação da nacionalidade e do país. O Brasil necessitava de cultura (cultura física, mental, profissional, cívica, social e política).⁵

Em “O Idealismo da Constituição”, Oliveira Vianna chama a atenção para o fato de que havia um imenso desacordo entre o idealismo do movimento de 1889 e da Constituição de 24 de fevereiro com a realidade nacional. Havia se instituído um regime democrático que derivaria, portanto, da vontade do povo manifesta pela opinião pública. Porém, segundo Vianna, tínhamos “*um povo em que a “opinião pública”, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe*”. Não existia um sentimento de interesse coletivo. Assim, sem organizar uma opinião pública, a democracia republicana no Brasil continuaria sendo apenas um sonho eterno.⁶

A preocupação em se pensar a questão nacional emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros. Segundo

³ Vicente Licínio Cardoso. “À Margem da República”. **Ibid**, Tomo II, pág. 103

⁴ **Ibid**, p. 110.

⁵ A. Carneiro Leão. “Os deveres das novas gerações brasileiras” In: Cardoso, Vicente Licínio. **À margem da história da república, op. Cit.**

⁶ Oliveira Vianna. “O Idealismo da Constituição” **Ibid**.

Lúcia Lippi Oliveira, um destes momentos ocorreu com a chamada “geração de 1870” cujo objetivo era iluminar o país através da ciência e da cultura, integrando-nos assim à civilização ocidental.⁷ Para intelectuais como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, havia uma grande preocupação em buscar compreender o significado de ser brasileiro; tal busca seria mediada pelo instrumental científico das teorias evolucionistas e do darwinismo social. A nacionalidade, neste contexto, era vista como uma pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites intelectuais.⁸

Durante a Primeira República, a década de 1910 representaria um momento de inflexão em que emergem novas reflexões acerca da realidade brasileira vinculadas, sobretudo, a uma conjuntura peculiar. O impacto da Primeira Guerra Mundial e a proximidade da comemoração do Centenário da Independência em 1922 funcionam como acontecimentos chave neste contexto. A guerra de 1914 traz uma nova era: a de incerteza, onde os padrões intelectuais brasileiros seriam revisados, reacendendo-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro. A comemoração do Centenário surge como momento simbólico para se fazer um balanço da situação do Brasil nos 100 anos decorridos: havíamos avançado rumo ao progresso ou regredimos?

Foi buscando responder a tais indagações que os intelectuais brasileiros se colocaram a pensar o país, objetivando propor soluções para uma nação que precisava adquirir identidade própria. Chegar-se-ia à conclusão de que a República não havia cumprido seu papel no que concerne à formação de cidadãos e de uma consciência nacional, havendo a necessidade de republicanizar o Brasil no sentido de organização de uma sociedade não mais identificada como democrática apenas no papel das constituições.

⁷ Lúcia Lippi Oliveira. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁸ Mônica Pimenta Velloso vincula a preocupação com o significado de ser brasileiro com a busca da intelectualidade pelo “ser moderno”, fazendo uma análise acerca do modernismo brasileiro onde evidencia que a idéia de modernidade acaba por diversas vezes se imiscuindo com a construção de uma identidade nacional. Somente através da busca pela “brasildade” o Brasil teria seu acesso aos tempos modernos assegurado. A proposta da autora é evidenciar que há muitos “sinais de modernidade” em movimentos que antecedem à famosa Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo em 1922. O modernismo brasileiro deve, desta forma, ser entendido como algo mais complexo e diversificado que a simples marcação cronológica pré e pós 1922. Sobre o tema ver Monica Pimenta Velloso. “O modernismo e a questão nacional”. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília Neves de Almeida (orgs). **O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol.1, pp. 351-386.

Educação e saúde seriam apontadas como dois elementos que faziam parte da receita de cura dos males brasileiros. Surgem, assim, diversos movimentos de caráter nacionalista que propunham soluções cuja utopia estava na construção da nação brasileira. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de lutas e a necessidade de organizar movimentos que atuariam na salvação do país buscando uma nova identidade nacional.⁹ Inúmeras seriam as associações fundadas neste contexto. Na análise da atuação de tais movimentos, algumas referências conceituais se fazem necessárias, uma vez que noções importantes como a idéia de Nação, intelectualidade e nacionalismo entram em jogo de forma intensa, permeando a maioria dos movimentos organizados.

A partir da década de 1980, os estudos sobre a nação ganham grande projeção. Nesta década, foram publicadas obras como as de Benedict Anderson e Eric Hobsbawn¹⁰ que representam importantes referências sobre o tema. A nação é entendida como uma comunidade imaginada (abstrata), política, limitada e soberana; cada nação é diferente das outras – apesar de todos possuírem uma nação ou identidade nacional, uma vez que todos possuem uma noção de pertencimento. A imaginação nacional é uma construção ativa na qual alguns estão criando uma noção de pertencimento para determinado grupo, sendo estes os responsáveis pela criação dos projetos nacionalistas.

No contexto dos anos 10, o nacionalismo foi, sem dúvidas, uma força que, lançando luz sobre os grandes problemas nacionais, mobilizou nossos intelectuais. O nacionalismo deve ser visto como tendo múltiplos sentidos, sendo por meio dele que diferentes grupos entram em disputa para se apoderar da definição do símbolo nação e de seus efeitos legitimadores. O nacionalismo é entendido, portanto, como *“a utilização do símbolo “nação” pelo discurso e a atividade política, bem como o sentimento que leva as pessoas a reagirem ao uso desse símbolo”*¹¹. Segundo Katherine Verdery, as razões para a classificação da nação

⁹ Lúcia Lippi, **op. Cit.**

¹⁰ Benedict Anderson. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1989 e Eric Hobsbawn. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹¹ Katherine Verdery. “Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”?”. In: Balakrishnan, Gopal (org). **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 240.

como símbolo devem-se ao fato de possuir um significado ambíguo, uma vez que é uma noção utilizada de forma peculiar por diferentes grupos.¹²

Em resposta ao descontentamento em relação à República e os questionamentos acerca de nosso caráter nacional, destacamos no pensamento dos intelectuais envolvidos com os movimentos nacionalistas que surgem nos anos 10 um conteúdo utópico. Ao formularem um projeto de transformação da sociedade, tais intelectuais se colocavam como liderança moral da nação, representantes das camadas politicamente afônicas.¹³ Posicionavam-se como possuidores de uma missão social que deveria contemplar a formação de uma nação (civilizada).

A utopia de construir a nação estaria ligada ao desenvolvimento de um processo civilizatório que teria seus caminhos definidos de acordo com os retratos do Brasil que foram sendo elaborados. Os caminhos rumo à civilização dependiam dos projetos político-intelectuais elaborados, podendo vincular-se à temas como a erradicação do analfabetismo, ao saneamento dos sertões ou às diversas bandeiras levantadas pelos movimentos nacionalistas durante a Primeira República. Sobre a noção de civilização, os estudos de Norbert Elias esclarecem que esta surgiu na Europa no final da Idade Média e início da Idade Moderna, sintetizando tudo o que a sociedade ocidental julgou como superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. A noção de civilização “*expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional*”¹⁴. A civilização é entendida como transformação do comportamento humano e como algo que ao mesmo tempo em que minimiza as diferenças nacionais entre os povos enfatiza algo que lhes é comum.

Cabia, assim, aos intelectuais, o papel fundamental de delinear um perfil para a nação. Jean- François Sirinelli propõe duas acepções de intelectual: uma

¹² **Ibid.** Seu sentido ambíguo estaria relacionado aos públicos distintos ao qual Nação se destina (internos e internacionais), seu uso evoca sentimentos distintos formados em relação a ela através de períodos identificados como sendo de “construção nacional”.

¹³ Em seu artigo “A gênese de uma Intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”, Luciano Martins define uma noção de Intelligentsia, apontando algumas de suas características principais. Sua análise parte dos fenômenos russo e polonês (tomados como “clássicos”) passando a identificar a gênese de uma intelligentsia no Brasil. Martins destaca que esta se constitui no Brasil nos anos 20 estando marcada pela busca por uma ponte entre a modernidade e a modernização; tal busca conduz nossos intelectuais ao Estado. Aqui, adotamos alguns aspectos apontados por Martins acerca da noção de Intelligentsia, porém, nos contrapomos a sua idéia de que a intelligentsia no Brasil fosse desprovida de um pensamento utópico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Número 4, vol. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

¹⁴ Norbert Elias. **O processo civilizador. Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23.

mais ampla que contempla os “criadores” e “mediadores” culturais e outra mais estreita que se refere à noção de engajamento; ambas contribuem para o reconhecimento do intelectual, o que por sua vez legitima sua intervenção na sociedade¹⁵. No contexto específico dos anos 10, as noções de intelectuais e de sociabilidades tomam proporções bastante peculiares, uma vez que observamos uma efetiva proliferação de associações diversificadas que se utilizavam de uma mesma nomenclatura: LIGA.¹⁶

Estudos acerca da noção de sociabilidades tiveram um crescimento considerável nas últimas duas décadas, embora tal conceito já fosse utilizado de maneira genérica e simplificada referindo-se a qualquer pessoa ou grupos em sociedade imersos em todo e qualquer tipo de laços sociais. Foi com o trabalho de Agulhon que o conceito de sociabilidade passou a ser utilizado de forma significativa como instrumento teórico e metodológico. A sociabilidade passou a ser entendida, assim, como categoria descritiva que designa uma “*atitude geral das populações ao viver relações públicas*”¹⁷, representando o suporte das formas de organização e politização sociais.

Todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de afinidades e de uma “sensibilidade ideológica ou cultural” comum – isto forma o que se chama de estrutura organizacional de sociabilidade – esta por sua vez alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e comportamentos intelectuais são desenvolvidas (uma espécie de microcosmo particular).¹⁸ Considerando-se o meio intelectual polimorfo e polifônico, Rebeca Gontijo destaca três aspectos norteadores, segundo Trebitch: a relação com a política (uma vez que, não há meio intelectual sem um espaço público de debates); a definição de valores próprios (no meio intelectual, as relações estabelecidas com o outro é remetida a valores compartilhados) e o papel das representações (a representação de uma “comunidade ideal”, através da qual a história dos intelectuais se organiza, pode

¹⁵ Jean-François Sirinelle. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

¹⁶ São inúmeras as referências às Ligas que se dedicavam às causas mais variadas possíveis. Através das pesquisas no periódico “A Noite” foi possível fazer um breve levantamento de algumas dessas denominações entre os anos de 1915 e 1922. Ver ANEXO I.

¹⁷ Ver Rebeca Gontijo. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. In: Soihet, Rachel; Bicalho, Maria Fernanda Baptista e Gouvêa, Maria de Fátima Silva (org). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

¹⁸ Esta dupla acepção de sociabilidade (rede organizacional e “microclima”) é elaborada por Sirinelle, **op. Cit.**

adquirir formas diversas). Gontijo, tomando por base as idéias de Sirinelli, traz uma interpretação pertinente acerca dos intelectuais ao pensá-los como “*criadores e mediadores culturais e como atores políticos, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimentos e promoção de debates*”¹⁹.

A fundação de associações como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo tinha por objetivo dar um novo rumo ao país, solucionando os grandes problemas da pátria. A análise do contexto de fundação destas associações deixa transparecer o compartilhamento de idéias e ações, formando redes de sociabilidades que têm como foco principal, conforme veremos no tópico a seguir, o desafio de construir a Nação brasileira. Vale à pena, neste sentido, retornar a Vicente Licínio Cardoso acerca do papel da “geração nascida com a República” e o contexto dos anos de 1910-20:

Em nenhum momento, talvez, da nossa história, foi tão necessário pensar o Brasil, como atualmente. A nenhuma geração, mais que a nossa, terá cabido a responsabilidade de sustentar o primado do espírito. O momento pede atos e não palavras [...] ²⁰

2.1. O ambiente cívico-nacionalista durante a Primeira República

Num período em que a Guerra chama a atenção para o problema da defesa nacional e para a necessidade do fortalecimento do exército, um dos movimentos a ganhar maior destaque foi a campanha empreendida por Olavo Bilac em favor do serviço militar obrigatório que teria como culminância a fundação da Liga de Defesa Nacional em 1916, preocupada com a formação de uma consciência nacional que seria obtida através do serviço militar e da educação cívico-patriótica.

Segundo José Murilo de Carvalho²¹, no Império e na passagem para a República, evidenciou-se uma dualidade no serviço militar. Este fato estava relacionado, sobretudo, à questão do recrutamento militar uma vez que o

¹⁹ Rebeca Gontijo, **op. Cit.**, p.263

²⁰ Vicente Licínio Cardoso, **op. Cit.**, p. 109.

²¹ José Murilo de Carvalho. “As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador”. In: Boris Fausto (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1977, Tomo III, vol. 2, pp. 183-234.

recrutamento de oficiais destinava-se às classes altas e o recrutamento de praças às classes baixas. Até 1916, o recrutamento de praças era feito apenas nos grupos sociais de baixa renda. De acordo com decreto de 1835, de voluntário, o recrutamento poderia ser forçado e, mesmo com a aprovação de uma lei que estabelecia o alistamento universal e o sorteio militar em 1874, este só ocorria entre os pobres, continuando a ser feito a laço. Em 1908, o então ministro da Guerra de Afonso Pena consegue aprovar a lei do sorteio militar e tornar obrigatória a instrução militar em colégios secundários. No entanto, assim como a lei de 1874, esta não pegou.

Foi com o objetivo de alterar esta situação que se iniciou uma intensa campanha liderada por jovens oficiais que haviam estagiado no exército alemão entre 1906-12 e que ficariam conhecidos como jovens turcos. Em 1913, este grupo cria a revista *A Defesa Nacional*, visando divulgar os conhecimentos adquiridos: sistema de treinamento, educação militar, defesa nacional e a luta por novas medidas como o sorteio militar. Das idéias trazidas com a experiência no exército alemão, a de maior impacto foi a política de defesa nacional – em contraposição à noção anterior de proteção às fronteiras do sul e sudoeste – à medida que apresentava uma noção moderna, incluindo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. Este grupo de jovens oficiais promoveu por meio da Revista *A Defesa Nacional* uma campanha em favor da modernização do exército, tendo como ponto de partida o serviço militar obrigatório, entendendo que o sorteio universal era a solução para os problemas enfrentados pelo exército em relação ao recrutamento que vinha sendo realizado e que acabava por marginalizar a instituição.

Em 1915, o grupo já contaria com o apoio de Olavo Bilac em uma campanha pela defesa do sorteio militar, acreditando que desta forma se colocaria fim no divórcio entre o exército e o povo, uma vez que o exército nacional seria o próprio povo e a essência da nacionalidade. É nesse ambiente que, idealizada por Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional é criada em 07 de setembro de 1916 em reunião solene realizada no salão nobre da Biblioteca

Nacional contando com o apoio de diversas camadas da sociedade (já neste ano foi realizado o primeiro sorteio militar de acordo com a lei).²²

O Presidente da Liga de Defesa Nacional seria sempre o Presidente da República. Um Diretório Central composto por 50 personalidades deveria ser o cérebro da Liga; dentre estes 50 membros eram escolhidos um presidente, onze vice-presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal. Dentre as atribuições que cabiam ao Diretório Central estava a nomeação de Diretórios Regionais.²³ O objetivo central da Liga de Defesa Nacional, de acordo com seus estatutos, era “*congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes*” *difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo”*.

O fim último da instituição, segundo Leila Capella, era a integridade nacional e esta integridade seria obtida por meio de dois movimentos: de um lado, a busca de todas as adesões possíveis através de uma ampla campanha de educação cívica complementada pela instrução militar, de outro, o combate a tudo que não pudesse ser integrado à nação que se idealizava. Dentre estes indesejáveis

²² A Guarda Nacional seria extinta em 1918, pondo fim à dualidade do serviço militar. Uma missão francesa, chegada em 1920, viria a complementar o trabalho dos “jovens turcos”, produzindo efeitos na organização do exército e na educação militar. **Ibid.**

²³ Composição da Primeira Diretoria da Liga de Defesa Nacional: Presidente da Liga – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República. Vice-Presidentes – Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Almirante Alexandrino de Alencar, Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, General Caetano de Farias, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Osório de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Miguel Couto e Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Comissão Executiva – Dr. Pedro Lessa, presidente; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente; Olavo Bilac, secretário geral; Felix Pacheco, 1º secretário; Dr. Joaquim Luiz Osório, 2º secretário; Affonso Vizeu, Tesoureiro. Conselho Fiscal – Dr. Homero Baptista, Dr. Alberto de Faria, Dr. Guilherme Guinle. Diretório Central – Conde de Affonso Celso, Affonso Vizeu, Alberto de Faria, Almirante Alexandrino de Alencar, Dr. Alfredo Ellis, Dr. Aloysio de Castro, Álvaro Zamith, Antonio Antunes de Figueiredo, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Antonio Muller dos Reis, Dr. Augusto Daniel de Araújo Lima, Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, Dr. Bernardo Monteiro, Candido Gaffrée, Conselheiro Candido de Oliveira, Conde Carlos de Laet, Dr. Carlos Peixoto, Dr. Cícero Peregrino da Silva, Dr. Clovis Bevilaqua, Felix Pacheco, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Dr. Gabriel Osório de Almeida, Guilherme Guinle, Henrique Coelho Netto, Dr. Homero Baptista, Almirante Innocencio de Lemos Bastos; Marechal Jeronymo de Moraes Jardim; Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, Dr. João Galeão Carvalhal, João G. Pereira Lima, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. João Teixeira Soares, Dr. Joaquim Luiz Osório, Joaquim Souza Ribeiro, Jorge Street, Marechal Jose Bernardino Bormann.; General Jose Caetano de Faria, Almirante Julio Cezar de Noronha; Dr. Luiz Soares dos Santos, Dr. Miguel Calmon, Dr. Miguel Couto, Conselheiro Nuno de Andrade, Olavo Bilac, Oscar de Porciúncula, Dr. Oscar Lopes, Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, Dr. Pedro Lessa, Dr. Raul Pederneiras, Conselheiro Ruy Barbosa e Monsenhor Vicente Lustosa de Lima. Ver Leila Maria Correa Capella. **As malhas de aço do tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o serviço militar obrigatório**. 1985. 267 páginas. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1985.p. 235-236.

estariam os mestiços, os vagabundos e os analfabetos.²⁴ Daí derivavam suas propostas de ação que, conforme constam em seus estatutos, deveriam promover: a propagação da educação popular e profissional; a difusão da educação cívica em todas as escolas (civis, militares ou religiosas), nos lares, oficinas, corporações e associações; defesa do trabalho nacional, da lavoura, da indústria, do comércio, das ciências e das artes (interessando-se por todas as questões que importariam à prosperidade, segurança e dignidade do país); o desenvolvimento do civismo; a fundação e sustentação de associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; apoio à execução de leis de preparo e organização militar; aconselhar e facilitar a instrução militar; além do combate ao analfabetismo, ao alcoolismo e à vagabundagem.²⁵

Neste contexto de intensa mobilização nacionalista, Olavo Bilac foi, sem dúvida, um dos maiores entusiastas dos movimentos que emergiram durante a primeira década do século XX. Seu ideário viria a permear diversos destes movimentos, estando o poeta envolvido na fundação, inclusive, da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Bilac representa apenas um dos muitos intelectuais ou homens de letras que compartilhavam da preocupação fundamental que era identificar os grandes problemas nacionais e buscar soluções para tais problemas. Tais intelectuais estariam presentes em diversas Ligas, enquanto formuladores de propostas e como atores efetivos de campanhas que visavam mobilizar a sociedade, evidenciando uma rede de sociabilidades que era tecida por valores compartilhados dentro de cada movimento e entre as diversas Ligas fundadas.

A defesa nacional que dava nome à Liga fundada em 07 de setembro de 1916 era definida por Olavo Bilac como sendo:

Tudo para a nação [...] É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria e o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.²⁶

²⁴ **Ibid.**, p. 239.

²⁵ **Ibid.**, p. 237 e 238.

²⁶ **Ibid.**, p. 237.

Como podemos notar nada escapa ao conceito de defesa nacional formulado por Bilac; a noção de defesa nacional, sob este ponto de vista, representaria a própria nação, uma vez que envolvia praticamente todos os aspectos sociais desde a economia, a educação, a filosofia, passando pela política, a família, a história, a guerra, a paz etc. Nessa intensa luta do exército para tornar-se uma organização nacional e capaz de executar a Defesa Nacional em seu sentido mais amplo, José Murilo de Carvalho destaca a idéia de soldado-cidadão, cujo objetivo principal era promover uma abertura da sociedade ao exército, servindo como ideologia para intervenções militares. A idéia de soldado-cidadão estaria diretamente relacionada com uma identificação Exército-Nação, constituindo, desta maneira, uma força nacional que seria de suma importância para solucionar os problemas nacionais.

O contexto do pós-guerra representava, portanto, um período de transformações sociais que permitiu o surgimento de aliados das forças armadas, assim como fez emergir um engajamento social em torno de temas centrais como defesa nacional, educação, saúde, voto e representação, civismo, dentre tantos outros – expressão disto foi o surgimento de Ligas como a de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista do Brasil e as Ligas Nacionalistas estaduais.

Fundada em 1917, a Liga Nacionalista de São Paulo teve uma atuação marcante, defendendo propósitos semelhantes aos da Liga de Defesa Nacional. Dentre seus objetivos destacamos, entre outros, a luta pela defesa nacional, o desenvolvimento da educação cívica, da educação primária e profissional, o escotismo, as linhas de tiro e o preparo militar, além de um aspecto peculiar relativo à questão do voto e da representação. Para os membros da Liga Nacionalista a educação tinha ligações estreitas com a política, uma vez que o Art. 70, § 2º da Constituição Federal proibia ao analfabeto manifestar vontade política. O que se pretendia, portanto, era corrigir as distorções do sistema político, combatendo a “*abstenção eleitoral bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto*”²⁷, uma vez que somente a partir de uma campanha em prol da alfabetização permitir-se-ia que maior parte da população gozasse de direitos políticos. Ao lado da difusão do ensino estava, conseqüentemente, o estímulo ao alistamento eleitoral.

²⁷ Jorge Nagle. **Educação e Sociedade na Primeira República**, op. Cit, p.70.

O combate ao analfabetismo se fazia fundamental para os membros da Liga Nacionalista de São Paulo uma vez que, em razão da enorme porcentagem dos que não sabiam ler e escrever, “*a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina*”²⁸. A defesa do voto obrigatório e secreto também seria uma das mais importantes bandeiras defendidas pela Liga Nacionalista:

O exercício do voto é de fato o remédio único e eficaz para a debelação dos males terríveis e antigos que afligem o País, e de que inércia popular foi a causadora inconsciente [...]

O voto obrigatório e secreto, devidamente garantidos, farão a reabilitação do regime liberal no Brasil, iniciando uma era de ressurgimento cívico, promovendo a formação da consciência nacional e tornando uma verdade o regime democrático, isto é, o governo do povo, pelo povo e para o povo.²⁹

Em sua interpretação sobre a Liga Nacionalista, ao estabelecer uma ligação entre a escolarização e problemas de natureza política, Jorge Nagle destaca a convergência dos objetivos desta Liga e os ideais de representação política de movimentos revolucionários como o de 05 de julho de 1924 que contou com o envolvimento de alguns de seus membros. Para Nagle, o ideário da Liga Nacionalista teria continuidade com a participação de seus principais representantes na criação do Partido Democrático de São Paulo em 1926.

Neste contexto marcado pela diversidade de proposta e projetos para regenerar a Nação, um terceiro movimento nacionalista seria organizado em torno da revista *Bazília*, fundada em 1917 por Álvaro Bomilcar e Arnaldo Damasceno, contando ainda com a colaboração de Jackson de Figueiredo. A revista *Bazília* viria reforçar a importância da difusão da escola primária e do ensino cívico que serviriam como base da nacionalidade. Além disto, destaca-se em seu programa a manutenção da religião católica, marcando desde já um compromisso com o catolicismo – esta escolarização, comprometida com as exigências do catolicismo, com o passar do tempo representaria a defesa do ensino religioso nas escolas³⁰ –

²⁸ **Ibid.**

²⁹ **Ibid.**, p.71.

³⁰ No interior deste grupo, desenvolveu-se um movimento católico que teve como órgão a revista *A ordem* e como organização o Centro Dom Vital fundado em 1922, tendo Jackson Figueiredo como uma de suas principais lideranças. Este movimento católico teve como ponto de partida a carta pastoral escrita por Dom Sebastião Leme em 1916, que apontava a ausência da instrução

a libertação do meio intelectual dos valores portugueses, a nacionalização do comércio e da imprensa, a valorização do mestiço e a crítica à hegemonia paulista. Perseguindo tais intuitos, este grupo de intelectuais viria a fundar em 1919, a Propaganda Nativista, uma associação que deveria se ramificar por todos os Estados defendendo o lema “O Brasil para os brasileiros”, organizando o estudo das “coisas brasileiras” e visando mostrar a melhor orientação para conservar a República e a ordem.³¹

Em 1920, o grupo funda a Ação Social Nacionalista, tendo como novo órgão publicitário o panfleto *Gil Blas*. Mantinha-se a preocupação com a emancipação do Brasil, valorizando tudo o que é brasileiro, propagando o civismo e congregando todos os brasileiros natos. O que nos chama atenção neste terceiro movimento ora analisado é a presença de um compromisso com o catolicismo (apesar de o grupo proclamar a ausência de fins religiosos em seu programa de atuação) e a defesa do autoritarismo em oposição à idéias do liberalismo político, num esforço pela integração entre civismo e religião.

Conforme afirmamos anteriormente, ao lado da educação, a saúde também seria um dos grandes problemas nacionais a serem contemplados pelos projetos elaborados durante a década de 1910. Neste sentido, um movimento em favor das questões sanitárias ganharia destaque, tendo como marco a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 11 de fevereiro de 1918 e a estruturação da campanha pelo saneamento rural. Através da saúde, seria possível curar e civilizar o Brasil, expurgando fatores indesejáveis para a construção da Nação.

De acordo com Nara Britto, foi a partir de um pronunciamento de Miguel Pereira – catedrático da Faculdade de Medicina – durante um jantar em homenagem ao cientista Carlos Chagas em 1916, que teve início uma fase patriótica do movimento higienista no Brasil ao se referir de forma metafórica às condições de saúde do país, Pereira utilizou a emblemática frase: “*o Brasil é um imenso hospital*”³². O referido discurso teria sensibilizado Belisário Pena para a idéia de organizar uma campanha pública pelo saneamento rural, sendo

religiosa como uma das principais causas dos males que afligiam a nação. Ver S. Mainwaring. “A igreja da neocristandade” In: **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³¹ Jorge Nagle, **op. Cit**, p. 73.

³² Nara Britto. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. 111p.

responsável também por sua filiação a várias entidades nacionalistas da época, como a Liga de Defesa Nacional, a Liga contra o Analfabetismo e a Sociedade de Eugenia de São Paulo³³.

O movimento higienista ganhou fôlego a partir de 1916 com publicação de um relatório referente à expedição feita por Belisário Pena e Artur Neiva em 1912 ao interior do Brasil percorrendo as regiões nordeste e centro-oeste do país. Este relatório causaria impacto profundo no meio intelectual e político ao evidenciar quão catastrófico eram o quadro sanitário e as condições de vida no Brasil. Estava-se diante de uma população abandonada e esquecida. Belisário Penna e Arthur Neiva ressaltavam “*o contraste entre o que observaram e a retórica romântica sobre o caboclo e o sertanejo, descrevendo o povo como ignorante, abandonado, isolado [...] tradicionalista e refratário do progresso*”.³⁴ Este quadro de isolamento seria o responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional. Vinculava-se, assim, a constituição da nacionalidade à superação das doenças endêmicas.

O Jeca Tatu, imortalizado pelos contos de Monteiro Lobato, é um exemplo ímpar da representação de um povo preguiçoso e doente que necessitava da intervenção médica para se transformar. O primeiro conto em que Monteiro Lobato nos apresenta o personagem Jeca Tatu, um indivíduo preguiçoso por natureza, se chama "Urupês" e foi publicado em 23 de dezembro de 1914 no jornal *O Estado de São Paulo*. Um segundo texto denominado "Jeca Tatu, a ressurreição" seria editado em numa série de artigos publicados em 1918, também em *O Estado de São Paulo*, tendo como epígrafe "O Jeca não é assim: está assim"³⁵. Neste segundo conto de Lobato evidencia uma verdadeira ressurreição do caboclo através da intervenção médica. A chegada de um doutor à casinha de sapê onde residia Jeca Tatu modifica toda a história. O caboclo não era um preguiçoso por natureza; estava doente (sofria de anquilostomíase). Diagnosticava-se a existência de um povo doente, mas afirmava-se a possibilidade de recuperá-lo pelas ações da higiene e do saneamento, fundamentadas no

³³ **Ibid**, p. 9 e 10.

³⁴ Ver Gilberto Hochman. **A Era do Saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC - ANPOCS, 1998, p. 67

³⁵ Ver "Urupês" em 23/12/1914, **O Estado de São Paulo** e "Jeca Tatu, a ressurreição", artigo que compõe **O Problema Vital**, obra de 1918 em que Monteiro Lobato reuniu uma série de 14 artigos veiculados pelo jornal **O Estado de São Paulo**.

conhecimento médico e que deveriam ser implementadas pelas autoridades públicas.

A Liga Pró Saneamento do Brasil contaria com o apoio de muitos intelectuais que se dedicariam a fazer palestras, propaganda e apresentação de dados sobre o quadro sanitário brasileiro. O objetivo principal da Liga era a criação de uma agência pública de âmbito federal que uniformizasse o serviço de saúde em todo o território nacional. Tal propósito visava, sobretudo, superar os limites impostos pela Constituição de 1891 que restringia a ação da União na área da saúde pública ao Distrito Federal e aos portos. O movimento sanitarista atestaria a incompetência dos estados para tratar da saúde e do saneamento, apontando a necessidade de penetração do poder central em todo o território nacional com a uniformização/centralização dos serviços sanitários.³⁶

Em suas considerações sobre o movimento sanitarista, Gilberto Hochman traz um importante argumento acerca do contexto que estamos analisando. Hochman afirma que as políticas públicas no Brasil da Primeira República tiveram papel fundamental no aumento da capacidade do Estado de intervir sobre o território nacional. O movimento sanitarista buscou, por meio de uma intensa campanha, convencer a sociedade de que os sertões eram uma ameaça, havendo a necessidade urgente de se transferir as responsabilidades com a saúde e o saneamento para o poder central. Foram criadas diversas instituições que contemplassem tal objetivo. Como um dos desdobramentos da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1919 seria criado pelo governo federal o Departamento Nacional de Saúde Pública que centralizaria as ações da saúde pública em todo o país.³⁷

O que Gilberto Hochman está evidenciando é a centralidade assumida pelas políticas de saúde e saneamento no processo de construção do Estado nacional durante a Primeira República. Hochman afirma que a dominação oligárquica não foi um obstáculo à centralização e intervenção estatal, mas sim algo compatível com este processo.

³⁶ **Ibid**, p. 82

³⁷ Ver também Gilberto Hochman. “Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993, v. 11, pp. 40-61.

Há que se considerar, portanto, a complexidade dos movimentos que emergem no Brasil pré-1930. Movimentos que demonstram preocupação central em pensar a Nação e o brasileiro e que se manifestavam através da elaboração de projetos variados envolvendo educadores, higienistas, militares, católicos etc. Todos impregnados por uma reflexão que passaria a permear as primeiras décadas do século XX e que envolvia os rumos que a Nação deveria tomar.

Em meio a este contexto, em 1915 é fundada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Percebemos que, paulatinamente, a escola – imagem de novos tempos, tempos de civilização – ia sendo colocada como peça central na formação das gerações vindouras. Ao lado da saúde, a educação era o nosso problema básico e a solução para este problema estava relacionada à construção da nação, sendo apontada como estratégia civilizatória. A formação de um povo civilizado/ordeiro estava vinculada ao destino da pátria. Para os intelectuais fundadores das diversas Ligas que analisamos, a instrução direcionava para transformações na sociedade, estando de acordo com os processos modernos. Nos capítulos que se seguem, nos dedicamos à análise dos propósitos e ações desenvolvidas pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Observaremos que, a exemplo das considerações feitas por Hochman em sua análise sobre o movimento sanitarista, as Ligas fundadas durante os anos de 1910-20 ainda têm muito a nos revelar acerca da história e da mobilização social neste país.